



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2020**  
**(Do Sr. Jesus Sérgio)**

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Casa Civil da Presidência da República, acerca da participação do presidente Jair Bolsonaro em reunião em agosto de 2019 com o presidente da Igreja Internacional da Graça de Deus, pastor R.R. Soares”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Casa Civil da Presidência da República, acerca da participação do presidente Jair Bolsonaro em reunião em agosto de 2019 com o presidente da Igreja Internacional da Graça de Deus, pastor R.R. Soares, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o assunto tratado na audiência concedida pelo presidente Jair Bolsonaro em agosto de 2019 ao presidente da Igreja Internacional da Graça de Deus, pastor R.R. Soares com a presença do Ministro da Economia e o então secretário da Receita Federal Marcos Cintra?
- b) Segundo matéria publicada pela Folha de S.Paulo em 17 de dezembro de 2019, sobre a audiência: “na data o presidente [Bolsonaro] defendeu simplificar a prestação de contas de entidades religiosas e disse querer ‘fazer justiça para os pastores.’” O que significa “simplificar a prestação de contas de entidades religiosas”?
- c) Nesse mesmo contexto da audiência, o que o Presidente quis dizer com “fazer justiça para os pastores”?



## JUSTIFICAÇÃO

Levantamento realizado pela Agência Pública por meio da Lei de Acesso à Informação e que foram divulgados pelo jornal Folha de S.Paulo em final de dezembro do ano passado, mostram que um número expressivo de entidades religiosas, na sua maioria evangélicas, devem um volume grande de recursos à Receita Federal do Brasil.

O estudo da Agência Pública revela que as dívidas giram em torno de contribuições previdenciárias não pagas ao INSS sobre a folha de pagamentos dos funcionários dessas entidades e também recursos do FGTS não recolhidos.

Pelo levantamento mais de 1.200 entidades religiosas devem quase meio bilhão de reais ao Tesouro na forma de contribuições ao INSS e FGTS não recolhidos e a dívida vem se acumulando mês a mês.

Dados da Receita Federal de agosto de 2019 mostravam que a maior devedora é a Igreja neopentecostal Internacional da Graça de Deus, que sozinha devia, à época, R\$ 127 milhões. Em 2018 a dívida da Igreja do pastor R.R. Soares era de R\$ 85,3 milhões.

Nesse mesmo mês de agosto do ano passado e depois em novembro, o fundador da igreja Internacional, R.R. Soares se reuniu com o presidente Bolsonaro. No primeiro encontro também participaram o Ministro da Economia, Paulo Guedes e o então Secretário da Receita Federal, Marcos Cintra. Segundo informou a reportagem da Folha de S.Paulo de 17 de dezembro de 2019, “na data o presidente [Bolsonaro] defendeu simplificar a prestação de contas de entidades religiosas e disse querer ‘fazer justiça para os pastores’.”

Por decisão da Justiça, os pastores podem ser incluídos no grupo de funcionários das igrejas. Quando não recolhem as contribuições ao INSS e ao FGTS, estão lesando os cofres públicos e se locupletando com mais recursos arrecadados das contribuições feitas pelos fiéis.

Por outro lado uma das maiores fontes de renda das igrejas evangélicas também vem do próprio governo federal na forma de contratos para prestação de serviços pelas comunidades terapêuticas e obras de assistência social, mesmo para igrejas que têm grades somas a pagar ao governo.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 09 de março de 2020.

**JESUS SÉRGIO**  
Deputado Federal – PDT/AC